

02/04/2013

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 605.709 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
REDATOR DO ACÓRDÃO	: MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S)	: HERMÍNIO CÂNDIDO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ARISTEU CÉSAR PINTO NETO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: FRANCISCO DEMI JÚNIOR E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: FÁBIO TELENT

BEM DE FAMÍLIA – PENHORA – DÍVIDA DECORRENTE DE AVAL – RECURSO EXTRAORDINÁRIO – ADMISSÃO NA ORIGEM – SEQUÊNCIA. A penhora de bem de família decorrente de dívida ligada a aval deve ser elucidada em julgamento do Colegiado.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em prover o agravo regimental no recurso extraordinário, nos termos do voto do Ministro Marco Aurélio e por maioria, em sessão presidida pelo Ministro Luiz Fux, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 2 de abril de 2013.

MINISTRO MARCO AURÉLIO – REDATOR DO ACÓRDÃO

02/04/2013

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 605.709 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
REDATOR DO ACÓRDÃO	: MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S)	: HERMÍNIO CÂNDIDO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ARISTEU CÉSAR PINTO NETO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: FRANCISCO DEMI JÚNIOR E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: FÁBIO TELENT

## RELATÓRIO

### O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Hermínio Cândido e outros interpõem tempestivo agravo regimental (fls. 294 a 298), contra decisão mediante a qual neguei seguimento ao recurso extraordinário (fls. 298 a 289), com a seguinte fundamentação:

#### “DECISÃO:

Vistos.

Hermínio Cândido e outros interpõem recurso extraordinário, com fundamento na alínea a do permissivo constitucional, contra acórdão da 32ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*‘Locação de imóveis. Embargos à arrematação. Penhora e arrematação de imóvel dos fiadores. Bem de família. Impenhorabilidade. Inexistência em se tratando de fiança. Inteligência do art. 82 da Lei 8.245/91. Situação que não foi alterada pela norma programática expressa no art. 6º da Constituição Federal, prevendo o direito social de moradia. Alegação de nulidade contratual ante a pretensa previsão de dupla garantia locatícia. Questão que não foi aventada pelos executados, ora embargantes, durante a tramitação da ação*

**RE 605709 AGR / SP**

*executiva, sendo objeto de alegação apenas em sede recursal. Contrato, ademais, que não se encontra maculado da nulidade alegada, estabelecendo a obrigação do locatário de realizar seguro contra incêndio, que não se confunde com seguro fiança. Recurso improvido’ (fl. 186).*

Alegam os recorrentes violação do artigo 6º da Constituição Federal.

Contra-arrazado (fls. 239 a 257), o recurso extraordinário (fls. 202 a 207) foi admitido (fl. 261).

Decido.

Anote-se, inicialmente, que o acórdão recorrido foi publicado em 31/10/05, conforme exposto na certidão de fl. 190, não sendo exigível a demonstração da existência de repercussão geral das questões constitucionais trazidas no recurso extraordinário, conforme decidido na Questão de Ordem no Agravo de Instrumento nº 664.567/RS, Tribunal Pleno, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 6/9/07.

Não merece prosperar a irresignação, uma vez o Plenário desta Corte concluiu, em sessão realizada por meio eletrônico, no exame do RE nº 612.360/SP, Relatora a Ministra **Ellen Gracie**, pela existência da repercussão geral da matéria constitucional versada nestes autos e, no mérito, reafirmou a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal nesses termos, **in verbis**:

‘A questão versada no presente apelo extremo possui relevância do ponto de vista econômico, político, social e jurídico, nos termos do § 1º do art. 543-A do Código de Processo Civil. É que o assunto afeta, certamente, grande número de famílias, as quais têm interesse na solução do impasse sobre a penhorabilidade do imóvel residencial do fiador em contrato de locação.

Ressalte-se que, com o reconhecimento da existência da repercussão geral da matéria, deve ser aplicado o regime legal previsto no art. 543-B do Código de Processo Civil, conforme procedimento já apreciado por esta Corte

**RE 605709 AGR / SP**

no julgamento das Questões de Ordem no RE 579.431, no RE 580.108 e no RE 582.650, todos de minha relatoria.

Ademais, verifico que a matéria já se encontra pacificada no âmbito desta Corte, no sentido da constitucionalidade da penhora sobre o bem de família do fiador, mesmo após a EC 26/2000.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 407.688, rel. Min. **Cezar Peluso**, DJ 6.10.2006, afirmou ser legítima a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação, em virtude da compatibilidade da exceção prevista no art. 3º, VII, da Lei 8.009/90 com o direito à moradia consagrado no art. 6º da Constituição Federal, com a redação da EC 26/2000.

No mesmo sentido, cito, ainda: RE 477.953-AgR, rel. Min. **Eros Grau**, 2ª Turma, DJ 2.2.2007; RE 493.738-AgR, rel. Min. **Cármem Lúcia**, 1ª Turma, DJe 5.2.2009; AI 584.436-AgR, rel. Min. **Cezar Peluso**, 2ª Turma, DJe 12.3.2009; AI 693.554, rel. Min. **Gilmar Mendes**, DJe 11.2.2008; RE 591.568, rel. Min. **Ayres Britto**, DJe 18.9.2008; RE 598.036, rel. Min. **Celso de Mello**, DJe 6.4.2009; AI 642.307, rel. Min. **Marco Aurélio**, DJe 26.6.2009; RE 419.161, rel. Min. **Joaquim Barbosa**, DJe 9.11.2009; AI 718.860, rel. Min. **Dias Toffoli**, DJe 19.4.2010; e RE 607.505, rel. Min. **Ricardo Lewandowski**, DJe 5.3.2010.’

O acórdão recorrido está em sintonia com a decisão do Plenário desta Corte.

Ante o exposto, nos termos do artigo 557, **caput**, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso extraordinário.

Publique-se.

Brasília, 10 de agosto de 2012.”

Insistem os agravantes que a matéria em discussão nestes autos diverge daquela que teria ensejado a prolação do precedente

**RE 605709 AGR / SP**

consubstanciado pelo RE nº 407.688/SP, pois aqui a penhora teria decorrido de garantia concedida em uma relação locatícia para fins comerciais. Além disso, alegam que a composição desta Corte encontra-se substancialmente modificada, podendo ensejar a modificação do entendimento então adotado.

É o relatório.

02/04/2013

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 605.709 SÃO PAULO

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Não merece prosperar a irresignação.

Trata-se, na origem, de recurso interposto pelos ora agravantes contra decisão na qual se rejeitou alegação de impenhorabilidade do bem objeto da constrição judicial, a qual estava assentada no fato de cuidar-se de bem de família.

Tal decisão, mantida pelo despacho agravado, amparou-se nos precedentes representados pelos RE nºs 612.360/SP e 407.688/AC, nos quais restou reconhecida a constitucionalidade do art. 3º, inciso VIII, da Lei nº 8.009/90 (que afasta a regra da impenhorabilidade do bem de família em execução de dívida decorrente de fiança locatícia) e, também, a repercussão geral de tal matéria, reiterando-se a posição jurisprudencial supra referida.

Os agravantes alegam que esse entendimento não se aplicaria ao presente caso, pois a fiança, de que decorre a execução, foi concedida em contrato de locação comercial.

Sem razão, contudo.

Os precedentes em que fundamentada a decisão agravada dispõem expressamente que não ocorre a impenhorabilidade de imóvel de fiador em execução decorrente de contrato de locação por ele afiançado, não sendo cabível a distinção pretendida pelos agravantes, porque nada constou acerca do tema nos referidos precedentes e porque parte dos argumentos então porventura utilizados não se prestam à fundamentação de decisão frontalmente contrária ao que restou então decidido.

Muito embora um daqueles precedentes (RE nº 407.688/AC) tenha sido julgado há mais de seis anos, não se pode olvidar que a matéria foi recentemente submetida a análise do Plenário Virtual desta Corte, há pouco mais de dois anos (RE nº 612.360/SP), oportunidade em que foi reafirmado o posicionamento jurisprudencial que fundamentou a

**RE 605709 AGR / SP**

prolação da decisão agravada, o qual, destarte, deve ser mantido.

Ante o exposto, voto pelo não provimento do agravo regimental.

**02/04/2013**

**PRIMEIRA TURMA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 605.709 SÃO PAULO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, no vigésimo da lista, peço vênica para divergir.

É caso de impenhorabilidade de bem, ante dívida decorrente de locação comercial.

A meu ver, de início, a lei a versar a impenhorabilidade não distingue a relação jurídica que teria comprometido o bem.

Por isso, provejo o agravo, para o recurso extraordinário vir a julgamento, no que admitido na origem.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Só para compreender, Ministro **Marco Aurélio**.

Vossa Excelência entende que a impenhorabilidade não distingue a relação jurídica que teria comprometido o bem. Então, permite-se a penhora?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Ao contrário, mas por enquanto, a óptica não é definitiva. Estou provendo, apenas, para o extraordinário vir a julgamento.



**02/04/2013**

**PRIMEIRA TURMA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 605.709 SÃO PAULO**

**NOTAS PARA O VOTO**

**A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER** - Fiquei com dúvida Ministro Dias Toffoli pela forma.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

O aval foi dado em locação comercial.

**A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER** - Ah, foi aval em locação comercial.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Execução pelo não cumprimento das obrigações em locação comercial.

**A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER** - Pois é, fiquei com dúvida justamente por isso, porque se fala em pagamento de aluguel e depois se fala em impenhorabilidade, por se tratar de bem de família.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

É a fiança; aval, não - desculpe -, é a fiança.

**A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER** - No caso não é aval, é fiança.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO** – O detalhe é este: aquele que emprestou o aval...

**A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER** - A fiança.

**RE 605709 AGR / SP**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Teria um único bem, que é de família. Esse bem se torna penhorável pela natureza da relação jurídica?

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (PRESIDENTE) - Quer dizer, o devedor pode ter bem de família, o garante não; é uma contradição isso.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Não é bem assim.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

No meu despacho monocrático, eu citei um precedente colegiado da relatoria do Ministro **Peluso**, daí eu ter despachado monocraticamente.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Eu, em princípio, comungo, gostaria de assegurar o trânsito.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Aprecio muito um princípio próprio à lógica, ou seja, o princípio do terceiro excluído: uma coisa é ou não é, não havendo espaço para um terceiro enfoque. Ou o bem é de família, ou não é.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Faço essa distinção.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (PRESIDENTE) - Não consegui entender que o garante... Não, mas o devedor principal tem bem de família; o garante não tem.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

É que a Lei de Locação diz que o bem de família é penhorável quando se tratar de fiança em locação.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – O próprio locatário não teria um bem de família penhorado, mas aquele que emprestou o

**RE 605709 AGR / SP**

aval, o fiador, sofre o gravame?

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (PRESIDENTE)** - Essa matéria merece ser discutida à luz dos princípios constitucionais.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO** – O sistema não fecha!

**A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER** - Acho interessante debatermos o tema, até porque para as dívidas trabalhistas também não se excepciona.



**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 605.709**

PROCED. : SÃO PAULO

**RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI**

REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. MARCO AURÉLIO

AGTE.(S) : HERMÍNIO CÂNDIDO E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : ARISTEU CÉSAR PINTO NETO E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : FRANCISCO DEMI JÚNIOR E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : FÁBIO TELENT

**Decisão:** Por maioria de votos, a Turma deu provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, Redator para o acórdão, vencido o Senhor Ministro Dias Toffoli, Relator. Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. 1ª Turma, 2.4.2013.

Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli e Rosa Weber. Compareceu o Senhor Ministro Teori Zavascki para julgar processos a ele vinculados.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma